

Trabalho e Família no Brasil na primeira década do século XXI: há algo de novo nesse velho conflito?¹

Projeto Trabalho feminino e vida familiar: escolhas e constrangimentos na vida das mulheres no início do século XXI.

GT11- Gênero, desigualdades e cidadania.

Glaucia Marcondes²
Maria Coleta de Oliveira³

Resumo

O exame das condições atuais da inserção laboral das mulheres com filhos constitui o foco desse trabalho. Visa refletir em que medida a existência de filhos dependentes e residentes no domicílio permanece associada a características mais precárias de ocupação profissional das mulheres. Em particular, avaliar mudanças e persistências que se detectam nas condições de conciliação entre vida profissional e familiar ao longo da última década. A análise aborda aspectos da vida produtiva e reprodutiva da população feminina economicamente ativa (PEA), comparando os segmentos de mulheres com filhos e sem filhos residentes. Para tal se utiliza dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para o período de 2001, 2005 e 2011.

Palavras-Chave: Trabalho feminino, Família, Usos do tempo

Apresentação

A inserção e a permanência das mulheres no mercado de trabalho estão estreitamente relacionadas a um conjunto amplo de transformações econômicas, demográficas e culturais que juntamente com particularidades regionais, diferenciações de classe, cor/etnia e geração têm moldado as possibilidades e os constrangimentos sociais com os quais as mulheres têm construído sua vida pessoal e familiar. O incremento sistemático das mulheres brasileiras na força de trabalho ao longo das últimas quatro décadas, tem se caracterizado pela diversificação do perfil das mulheres trabalhadoras. De predominância jovem, solteira e sem filhos, cada vez mais aumenta o peso das mulheres mais velhas, com companheiro e filhos. O que torna as formas e possibilidades de articulação entre trabalho fora de casa e vida doméstico-familiar uma realidade cada vez mais presente na vida cotidiana das mulheres brasileiras. Esse aumento e maior diversificação no perfil da PEA feminina podem ser vistos como importantes indicadores de mudanças sociais e de gênero, mas a análise crítica desse processo tem revelado desigualdades persistentes.

O exame das condições atuais da inserção laboral das mulheres com filhos constitui o foco desse trabalho. Visa refletir sobre algumas características laborais das mulheres que possuem filhos residentes no domicílio, em particular, buscando avaliar mudanças e persistências que se detectam nas condições em que essas mulheres articulam a vida profissional e familiar ao longo da última década.

¹XXIX Congreso Latinoamericano de Sociología – ALAS Chile

² Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Demografia do IFCH/Unicamp. Bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES). Pesquisadora Colaboradora do Núcleo de Estudos de População (NEPO/Unicamp)

³ Professora do Departamento de Demografia do IFCH/Unicamp. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO/Unicamp).

Para tal se utiliza dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para os anos de 2001, 2005 e 2011.

Metodologia

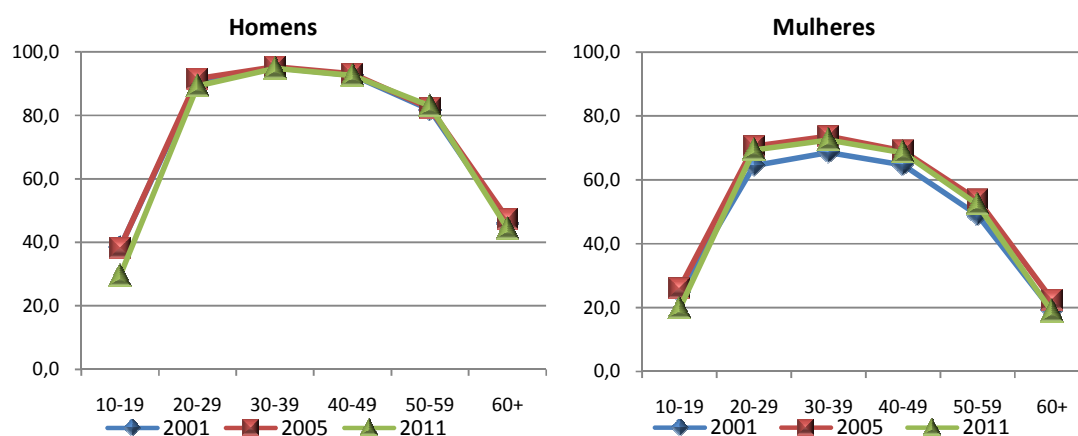
Este trabalho é de cunho quantitativo com uma análise descritiva dos dados. As informações são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)⁴ para os anos de 2001, 2004 e 2009, explorando características de trabalho e renda das mulheres, tais como: renda domiciliar per capita, condição de atividade e ocupação e jornada semanal de trabalho; assim como informações familiares referentes a existência de filha/os residentes no domicílio, idade da/o filha mais nova e tempo dedicado à realização de tarefas domésticas.

Resultados

Mulheres brasileiras no mercado de trabalho

O incremento da População Economicamente Ativa (PEA) feminina tem sido constante (BRUSCHINI, 2007; ALVES, CORREA, 2009). Informações censitárias revelam que, em 1970, a taxa de participação das mulheres não atingia os 20%, passando ao patamar dos 40% na última década do século XX. Ao longo dos anos 2000, a taxa feminina ultrapassa os 50%.

Gráfico 1: Taxa de participação por sexo e grupo etário decenal. Brasil, 2001*, 2005 e 2011.



Fonte: IBGE, PNAD 2001, 2005, 2011. Elaboração própria.

*Exclui a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Amapá, Roraima e Pará.

Nos anos destacados a participação masculina praticamente não se altera, mantendo taxas elevadas nas idades adultas. Embora a participação das mulheres permaneça abaixo da masculina, essa apresenta incremento relativo nas idades adultas em relação ao início da década (Gráfico 1). Em termos regionais, apenas no Norte e Nordeste a taxa de participação feminina oscilou para abaixo dos 50%.

⁴ Trata-se de uma pesquisa domiciliar, amostral, contendo informações socioeconômicas da população, realizada anualmente pelo IBGE. Realizada desde 1967, mas apenas para algumas localidades do país, nos anos de 1980 a pesquisa cobria todas as regiões do Brasil, exceto áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Essas regiões foram incluídas a partir do ano de 2004.

Um ponto que também merece destaque nos dados apresentados no Gráfico 1, diz respeito a diminuição da participação tanto masculina quanto feminina na faixa etária de 10 a 19 anos em 2011. Um provável reflexo da combinação de medidas governamentais de combate ao trabalho infantil e de incentivo à ampliação da escolarização.

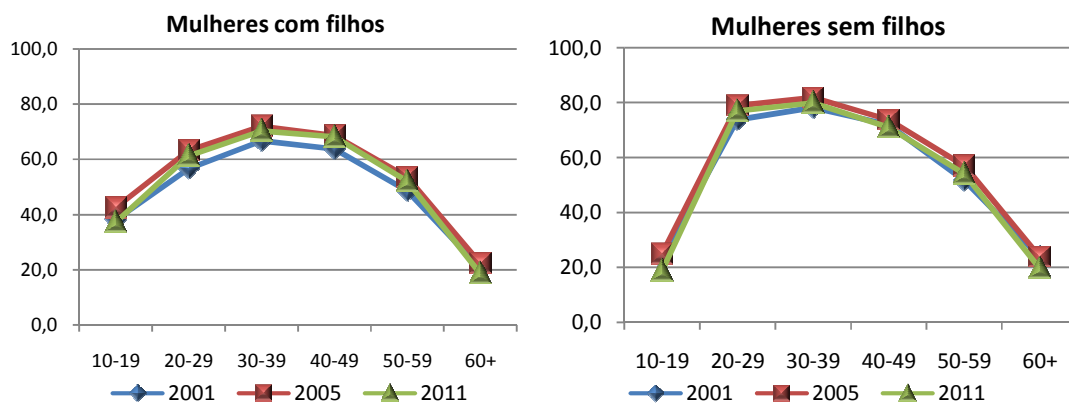
Dois contextos de intensa transformação social se destacam na literatura como elementos explicativos da crescente mão-de-obra feminina no Brasil. Um primeiro decorre dos impactos da globalização econômica e da reestruturação produtiva nas sociedades ocidentais capitalistas. Em certa medida, o crescimento do emprego feminino no Brasil se deu no interior de uma conjuntura de crise econômica, onde a necessidade de complementar a renda familiar tornou-se primordial para muitas famílias diante das grandes perdas salariais e aumento do desemprego masculino. Além disso, a intensificação da participação das mulheres no mercado de trabalho ocorre em um contexto de absorção de uma mão-de-obra caracterizada como mais barata e submetida a condições de maior precariedade do trabalho (WAJNMAN, 1998; SORJ, FONTES, MACHADO, 2007; GUEDES, 2010).

Outro conjunto de eventos importantes para compreender o crescimento e as características da mão-de-obra feminina ao longo das últimas décadas diz respeito a mudanças observadas na dinâmica da população e que estão estreitamente vinculadas aos tipos de composição, formas de organização e relações no âmbito doméstico-familiar.

O acompanhamento ao longo do tempo do perfil das trabalhadoras reflete este conjunto de transformações. Em termos de estrutura etária, na década de 1970, as mulheres que se inseriam no mercado de trabalho eram predominantemente jovens (20-24 anos de idade) e, em sua maioria, solteiras. Em meados dos anos de 1980, são as mulheres acima dos 25 anos de idade, chefes ou cônjuges no domicílio que passam a predominar na população de trabalhadoras (BRUSCHINI, LOMBARDI, 2001; TRONCOSO, 2004). Em 1998, aproximadamente 2/3 da população feminina entre 30-49 anos fazia parte da PEA (BRUSCHINI, LOMBARDI, 2001). Esse aumento na idade reflete tanto a parcela das mulheres que se inseriram ainda jovens em décadas anteriores e permaneceram no mercado de trabalho, chegando aos anos noventa mais velhas e, provavelmente, unidas (TRONCOSO, 2004), assim como as chefes e cônjuges que se inseriram, entre as décadas de 1980 e 1990, em grande medida impulsionadas pelos impactos das reduções salariais e das altas taxas de desemprego que afetaram os homens adultos de suas famílias (MONTALI, 1998; WAJNMAN, 1998).

Assim, evidencia-se na composição das trabalhadoras não apenas alterações na estrutura etária, mas também quanto à posição ocupada pelas mulheres na unidade domiciliar, a condição conjugal e de maternidade dessas.

Gráfico 2: Taxa de participação feminina por status reprodutivo e grupo etário decenal. Brasil, 2001, 2005 e 2011.



Fonte: IBGE, PNAD 2001, 2005, 2011. Elaboração própria.

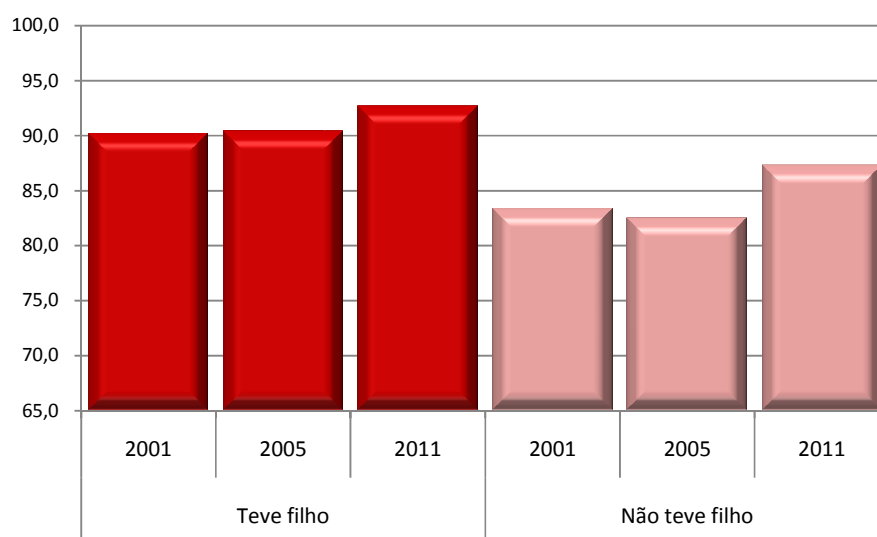
*Exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Amapá, Roraima e Pará.

No Gráfico 2, acima, observa-se que as taxas de participação das mulheres que são mães, embora em menores proporções do que suas contemporâneas sem filhos, não estão tão distantes dessas. A existência de filhos parece continuar como um elemento que diminui a participação feminina no mercado, mas de uma forma menos intensa do que ocorria em tempos passados.

Essa lógica parece não se aplicar às mulheres mais jovens, onde a proporção daquelas com filhos que estão na PEA é o dobro das sem filhos. A responsabilidade de criar uma criança levaria a maior necessidade das adolescentes a entrarem no mercado de trabalho.

Interessante observar que entre as mulheres economicamente ativas, a proporção de ocupadas é maior entre aquelas com filhos do que entre as sem filhos (Gráfico 3).

Gráfico 3: Proporção (%) da População Feminina Ocupada, segundo status reprodutivo. Brasil, 2001, 2005 e 2011.



Fonte: IBGE, PNAD 2001, 2005, 2011. Elaboração própria.

*Exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Amapá, Roraima e Pará.

Em ambos os grupos femininos a ocupação apresenta aumento em relação ao início da década, mas com uma diferença de 5p.p. a mais para as ocupadas com filhos. Ao observarmos a ocupação por idade (Tabela 1) vemos que nos grupos mais jovens (até 29 anos) as mulheres sem filhos estão em maior proporção empregadas do que aquelas com filhos. Nas faixas etárias a partir dos 30 anos, as diferenças são mínimas com uma leve vantagem para o grupo das mulheres mães.

Tabela 1: Proporção (%) da População Feminina Ocupada, segundo grupo etário e status reprodutivo. Brasil, 2001, 2005 e 2011.

Grupo etário	Mulheres com filho			Mulheres sem filho		
	2001	2005	2011	2001	2005	2011
15-19	69,2	68,3	69,8	72,8	69,5	73,9
20-29	82,3	82,1	84,6	83,5	83,1	87,5
30-39	90,3	90,3	92,6	91,1	91,6	92,0
40-49	93,4	93,3	94,8	93,9	93,8	95,1
50-59	95,5	95,6	96,7	95,8	95,1	96,8

60+	98,0	97,8	98,5	96,6	96,8	98,1
Total	90,2	90,4	92,7	83,4	82,5	87,3

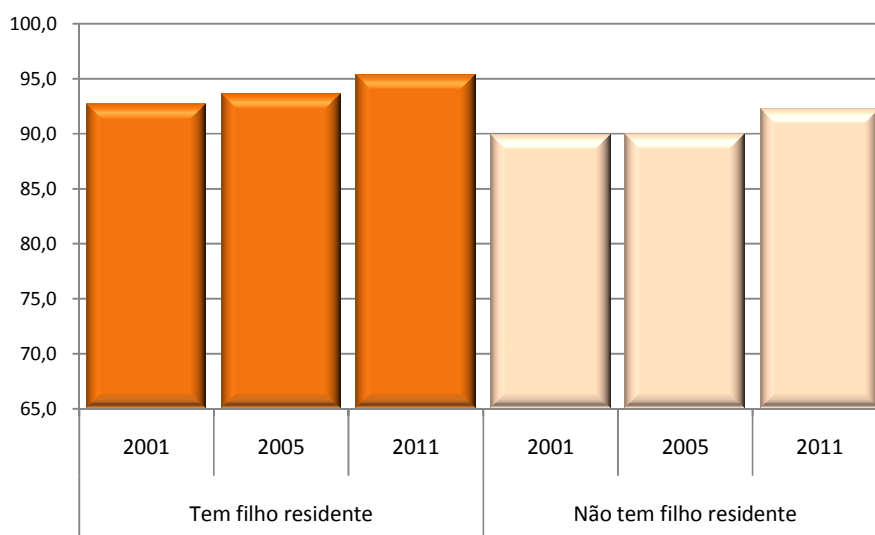
Fonte: IBGE, PNAD 2001,2005, 2011. Elaboração própria.

*Exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Amapá, Roraima e Pará.

As diferenças observadas na ocupação dos grupos femininos mais jovens, em certa medida, podem estar relacionadas ao momento da vida familiar, provavelmente com filhos muito pequenos, fase em que há maiores chances de casos de mulheres que saíram do mercado para cuidar dos filhos e estão tentando retornar ou se inserir pela primeira vez após o nascimento dos filhos.

A existência de filhos pequenos, que demandam mais cuidados seria um fator para as mulheres procurarem empregos com jornadas reduzidas ou se afastarem temporariamente do mercado de trabalho (ITABORAI, 2002).

Gráfico 4: Proporção (%) da População Feminina Ocupada que possui filhos vivos, segundo condição de residência dos filhos. Brasil, 2001, 2005 e 2011.



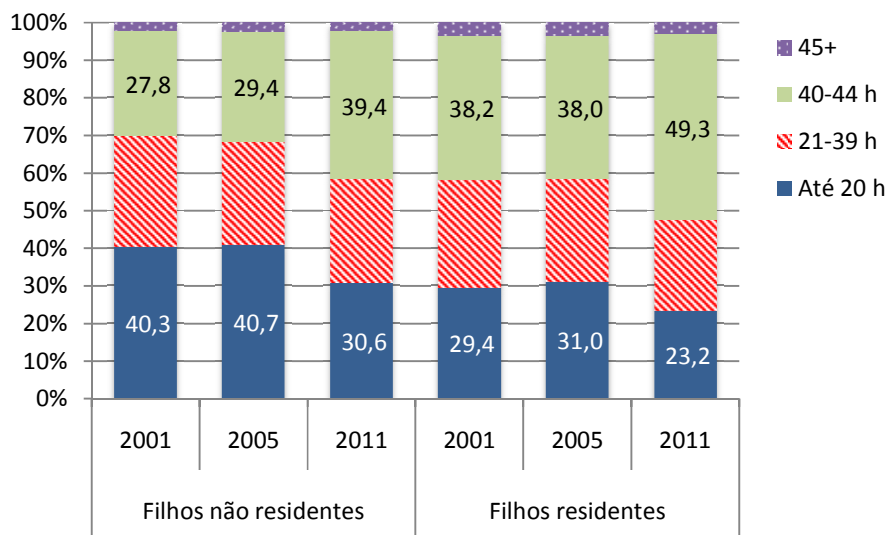
Fonte: IBGE, PNAD 2001,2005, 2011. Elaboração própria.

*Exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Amapá, Roraima e Pará.

A princípio a presença de filhos no domicílio não se revela como algo negativo para a ocupação das mulheres mães, como mostra o Gráfico 4. Ao contrário, as mães com ao menos um filho residente no domicílio apresentam uma ligeira vantagem proporcional de ocupadas das que suas contemporâneas que já não possuem nenhum filho no domicílio.

Entretanto, algumas diferenças surgem quando avaliamos a jornada de trabalho dessas mulheres mães ocupadas.

Gráfico 5: Distribuição (%) da População Feminina Ocupada que possui filhos vivos, segundo jornada semanal de trabalho e condição de residência dos filhos. Brasil, 2001, 2005 e 2011.



Fonte: IBGE, PNAD 2001,2005, 2011. Elaboração própria.

*Exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Amapá, Roraima e Pará.

De maneira geral, ao longo dos anos 2000, observa-se um aumento do peso relativo das mulheres em jornadas de trabalho de 40-44 horas e expressiva redução daquelas que trabalham em meio período, até 20 horas semanais. O Gráfico 5, acima, expressa essa mudança geral, mas também revela que em 2011, a maioria das mulheres com filhos residentes continua em trabalhos com jornadas inferiores a 40 horas semanais, sendo que quase 1/3 delas estão em trabalhos de meio período. Enquanto, pouco mais da metade das mães sem filhos residentes se encontram em trabalhos *full time*.

Essa diferença tem relação com a distribuição etária das mulheres e dos respectivos filhos em cada um desses grupos. É plausível supor que o grupo de mulheres com filhos residentes, seja composto em grande parte por mulheres mais jovens e com filhos menores de idade. Enquanto o grupo sem filhos residentes tenham uma proporção maior de mulheres mais velhas e consequentemente com filhos adultos que já formaram suas próprias famílias. As informações da Tabela 2, abaixo, parecem confirmar isso.

Tabela 2: Idade Média do último filho nascido vivo, Idade Média da mulher segundo condição de atividade e residência dos filhos. Brasil, 2001, 2005 e 2011.

Residência dos filhos	Condição de atividade	Idade média do último filho			Idade média das mulheres		
		2001	2005	2011	2001	2005	2011
Filhos não residentes	PEA	23,4	23,8	25,0	51,1	51,7	51,5
	PNEA	32,4	33,3	33,6	63,8	64,7	63,9
Filhos residentes	PEA	10,2	10,8	11,7	38,2	39,0	39,3
	PNEA	14,6	16,3	18,5	44,2	46,2	48,0

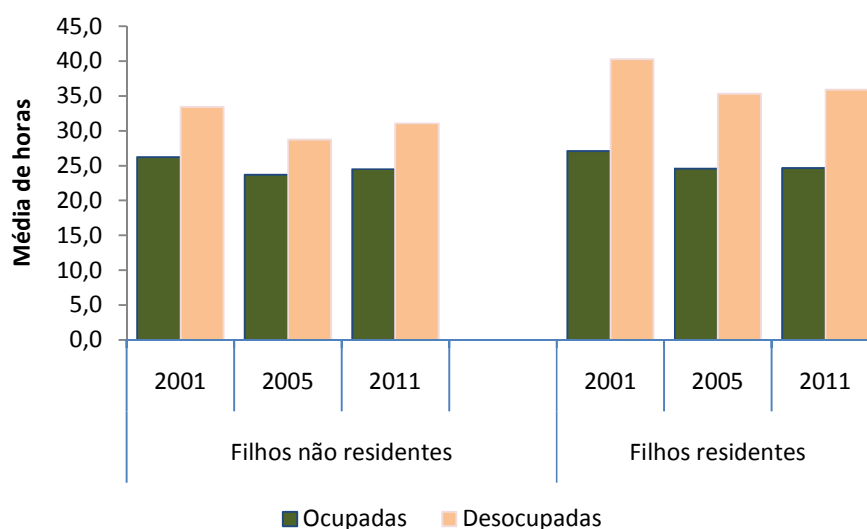
Fonte: IBGE, PNAD 2001,2005, 2011. Elaboração própria.

*Exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Amapá, Roraima e Pará.

Observa-se que entre as mulheres mães que estão inseridas na PEA, a idade média do filho mais novo entre aquelas com filhos residentes não atinge a adolescência. E a média etária das mães é inferior a 40 anos. Ou seja, em grande medida trata-se de um grupo de mulheres relativamente jovem ainda com filhos menores, dependentes e demandantes de cuidados.

Alguns autores (DEDECCA, 2004; BRUSCHINI, 2008) avaliam que a jornada de trabalho das mulheres tende a ser menor à medida que estas estão unidas e/ou com filhos, pois ao permanecerem como as principais responsáveis pelos afazeres domésticos e de cuidados para com os membros dependentes da família, as mulheres acabam por despender mais tempo com o trabalho dentro do domicílio. O que, por sua vez, levaria com mais frequência à procura por empregos com jornada reduzida, que geralmente são mais precários e com remunerações menores. Entretanto, ao considerar o tempo semanal gasto com afazeres domésticos, a jornada de trabalho semanal total feminina é sempre superior à jornada masculina. Ou seja, semanalmente as mulheres gastam mais horas trabalhando do que os homens.

Gráfico 6: Tempo médio semanal (em horas) dedicado aos afazeres domésticos da População Feminina Ocupada que possui filhos vivos, segundo condição de residência dos filhos. Brasil, 2001, 2005 e 2011.



Fonte: IBGE, PNAD 2001, 2005, 2011. Elaboração própria.

*Exclusiva a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Amapá, Roraima e Pará.

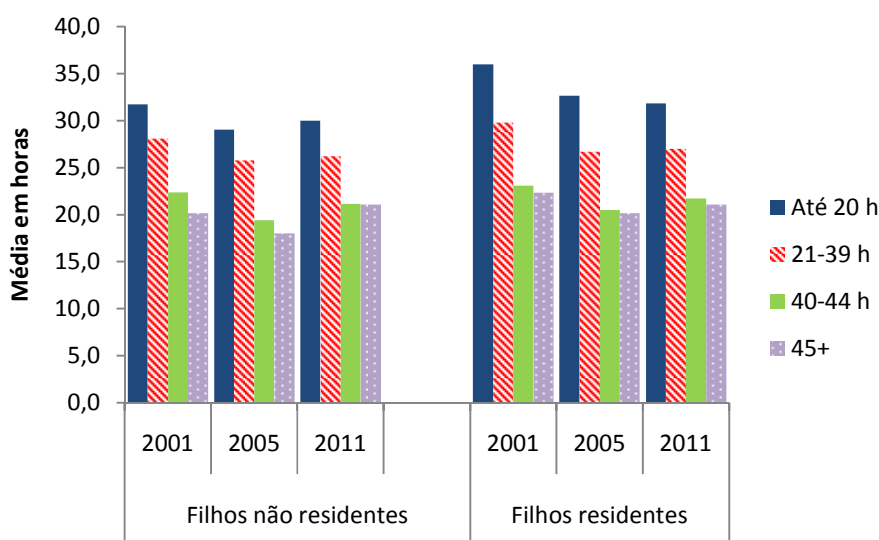
Nota-se que estar trabalhando reduz a média de horas semanais com afazeres domésticos. Entre as mulheres que não tem filhos residentes a diferença é de cerca de 6 horas semanais a mais para as desocupadas, em média. Como esperado, a existência de filhos no domicílio implica para as mulheres uma média maior de horas semanais com afazeres domésticos. Contudo, apenas para as mulheres desocupadas. Para aquelas com filhos residentes o acréscimo é de aproximadamente 5 horas a mais, em média, comparado ao tempo médio gasto pelas mulheres desocupadas sem filhos residentes. Entre as ocupadas, o tempo médio gasto com as tarefas domésticas é semelhante, independente da presença dos filhos no domicílio.

Análises sobre o contexto de conciliação entre família e trabalho no Brasil têm indicado que a inserção da mulher no mercado de trabalho não tem propiciado a elas uma jornada menos intensa em termos de afazeres domésticos. Mesmo para aquelas que podem delegar a realização dessas atividades para outras, ainda assim, precisam desempenhar o controle e a fiscalização das atividades delegadas. Ou seja, o gerenciamento do espaço doméstico ainda permanece sob os cuidados femininos. Isso tem

consequências negativas para as mulheres na medida em que se revela muito mais como acúmulo de responsabilidades – uma segunda jornada de trabalho - do que diminuição dos encargos domésticos femininos.

Novamente, quando avaliamos em detalhe as condições das mulheres ocupadas, observa-se que aquelas que trabalham meio período tendem a dedicar um tempo médio maior aos afazeres domésticos do que aquelas com jornadas maiores de trabalho (Gráfico 7).

Gráfico 7: Tempo médio semanal (em horas) dedicado aos afazeres domésticos da População Feminina Ocupada que possui filhos vivos, segundo a jornada semanal de trabalho e condição de residência dos filhos. Brasil, 2001, 2005 e 2011.



Fonte: IBGE, PNAD 2001, 2005, 2011. Elaboração própria.

*Exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Amapá, Roraima e Pará.

Em estudo com mães trabalhadoras de baixa renda, Bruschini (2008) observa que a sobrecarga de atividades domésticas tende a se reduzir conforme o salário e anos de estudo das mulheres, mas aumenta se elas são cônjuges e têm filhos menores de 14 anos de idade. Para essa autora, o fato de ter filhos menores mostra-se como um agravante na necessidade de articular os tempos do trabalho e da vida doméstica. Essa dificuldade faz com que as mulheres se envolvam menos com a carreira profissional, e, conseqüentemente, na procura por empregos melhores. De fato, observa-se que as maiores diferenças e o maior peso da sobrecarga da dupla jornada de trabalho feminina recaem sobre as mulheres ocupadas em trabalhos com jornadas inferiores a 40 horas semanais, com uma ligeira desvantagem para as mulheres com filhos residentes (Gráfico 7).

No que se refere à renda domiciliar per capita, as mães ocupadas sem filhos residentes estão concentradas nos quintis mais elevados de renda, enquanto aquelas com filhos residentes estão levemente concentradas nos quintis intermediários (Tabela 3).

Tabela 3: Distribuição (%) da população feminina ocupada que possui filhos por Quintil de Renda domiciliar per capita (RDPC) e condição de residência dos filhos. Brasil, 2001, 2005 e 2011.

RDPC	Filho não residente			Filho residente		
	2001	2005	2011	2001	2005	2011
1º Quintil	5,7	4,6	6,6	16,2	16,9	18,2
2º Quintil	13,1	11,2	11,9	18,4	20,5	21,2
3º Quintil	25,8	13,6	11,4	19,9	21,6	19,8
4º Quintil	23,0	37,3	39,7	22,1	20,7	22,1
5º Quintil	32,4	33,3	30,4	23,4	20,2	18,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, PNAD 2001, 2005, 2011. Elaboração própria.

*Exclusiva a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Amapá, Roraima e Pará.

Considerações finais

Essa exploração preliminar das informações sobre as mães trabalhadoras aponta para o fato de que a existência de filhos não ser mais um impedimento para o trabalho feminino, mas parece ainda ampliar as dificuldades e sobrecargas femininas na articulação entre a vida profissional e familiar. PEA feminina teve um crescimento constante nos últimos anos, incluindo uma proporção maior de mulheres cônjuges e mães. Contudo, mesmo que se observem incremento expressivo na proporção de mulheres em trabalho *full time* e reduções nas horas médias dedicadas aos afazeres domésticos, a maior participação feminina no mercado não tem se revertido em uma mais equitativa divisão das responsabilidades domésticas e familiares com os homens presentes no domicílio (seja filho ou marido).

A dupla jornada de trabalho feminina continua impondo constrangimentos no uso do tempo da mulher, que, por sua vez, se insere em empregos mais precários ou de jornadas reduzidas para poder realizar as atividades domésticas e de cuidados dos membros familiares.

Bibliografia

- ALVES, J.E.D.; CORREA, S. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. In: ABEP. **Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo**. ABEP; UNFPA: Campinas, 2009.
- BRUSCHINI, C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.
- BRUSCHINI, C.; RICOLDI, A. M. Articulação trabalho e família: famílias urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2008. 147p.
- DEDECCA, C. S. Trabalho, tempo e gênero. In: COSTA, Ana Alice; OLIVEIRA, Eleonora M. de; LIMA, Maria E. B. de; SOARES, Vera. **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**, São Paulo: CUT Brasil, 2004.
- DEDECCA, C. S., RIBEIRO, C. S. M. F. e ISHII, F. H. Ocupação e tempo de trabalho. In: **Anais...XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP: Caxambu, 2008b.
- DEDECCA, Claudio S. Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. In: COSTA, Albertina Oliveira de; BILA, Sorj; BRUSCHINI, Cristina & HIRATA, Helena. **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Carlos Chagas, 2008a.

GUEDES, M. C. Mulheres de nível universitário no mercado de trabalho: aproximações do padrão masculino? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 17, Caxambu, MG, 2010. **Anais...**, Caxambu: ABEP, 2010.

HOFFMANN, Rodolfo; LEONE, Eugênia T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 35-58, mai./ago. 2004.

LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres engenheiras no mercado de trabalho brasileiro: qual seu lugar? In: **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v. 4, n. especial, p. 45-59, 2004. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/viewFile/2700/3022>. <Acessado em 17/01/2012>.

MONTALI, L. Família e trabalho: os desafios da equidade para as famílias metropolitanas na recuperação da economia nos anos 2000. In: TURRA, C. M.; CUNHA, J.M.P. (orgs.) **População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Belo Horizonte: ABEP, 2012. pp. 177-186.

MONTALI, Lilia. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. In: **Anais...** XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP: Caxambú, 2006.

NERI, Marcelo Côrtes. Perfil das mães brasileiras. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005b. Disponível em: http://www.fgv.br/cps/CD_Maes/Apresentacao/Sumario_maes.htm. <Acessado em 30/10/2011>.

WAJNMAN, S. Relações familiares e diferenciais de rendimentos por sexo no Brasil. In: TURRA, C. M.; CUNHA, J.M.P. (orgs.) **População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Belo Horizonte: ABEP, 2012. pp. 187-192.

WAJNMAN, Simone; MARRI, Izabel. Esposas como principais provedores de renda familiar. In: **Anais...** XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP: Caxambu, 2006.